

Ecologia política: da desconstrução do capital à territorialização da vida, de Enrique Leff¹

Paulo Procópio Burian²

LEFF, E. **Ecologia Política**: da desconstrução do capital à territorialização da vida. Tradução: Jorge Calvimonte. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

Publicado em 2021 pela Editora Unicamp e prefaciado por Leila da Costa Ferreira, a tradução do livro “Ecologia Política” de Enrique Leff traz, ao longo de catorze capítulos escritos nos últimos 40 anos, uma contribuição valiosíssima não apenas no campo teórico das relações entre sociedade e natureza, como também para a luta política em busca por uma efetiva sustentabilidade e uma racionalidade ambiental.

Como era de se esperar, Enrique Leff brinda o leitor com uma obra que certamente será fundamental para a compreensão na sociologia ambiental e demais ciências correlatas ao nos revelar, com muita precisão, não apenas as contradições inerentes ao processo de globalização tecnicoeconômica em curso, como também as forças emergentes que poderão superá-las. Trata-se, enfim, de sua mais recente contribuição para o pensamento crítico que busque superar a racionalidade econômica vigente através da inclusão de múltiplos atores e do *diálogo de saberes*.

¹ Recebido em: 12/08/2021. Aceito em: 16/08/2021.

² Bacharel em Ciências Sociais pela Unicamp, Mestre em Sociologia e Doutor em Ciências Sociais. Trabalha como consultor na área de licenciamento ambiental da Soma Consultoria Ambiental, empresa da qual é sócio. Curitiba, PR. E-mail: ppburian@gmail.com.

Diante do imenso desafio que se coloca quando se pretende fazer uma resenha de um livro tão rico conceitualmente, optei em adotar uma postura modesta, pinçando algumas questões específicas dentre tantas abordados pelo autor para estabelecer diálogos com outros autores, aproveitando para convidar os leitores a se debruçarem sobre esta obra na sua integridade.

Tendo como ponto de partida a emergência das questões ambientais entre final dos anos 1960 e início de 1970 com a publicação de “Limites do Crescimento”, de Meadows, Leff vai além das questões que emergiram naquela época em relação à pressão decorrente do crescimento populacional sobre os recursos naturais e a produção de alimentos, revelando as contradições inerentes às tentativas de superação que ocorreram com a internalização de custos ambientais e a fixação de normas e regras que se adequassem a um chamado desenvolvimento sustentável, sem que fosse alterado o âmago do modo de produção.

Todo esse processo teve como marco fundamental a publicação de “Nosso Futuro Comum” (Relatório Brundtland) na década de 1980, que culminou na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) conhecida como Rio-92, ponto de “inflexão na geopolítica ambiental global” (LEFF, E. p. 132). Os resultados que se expressavam em acordos, financiamentos e indicadores mensuráveis acabaram deslocando considerações éticas e filosóficas para o campo da ecologia política.

A razão deste posicionamento reside no fato de que o processo de incorporação das questões ambientais pelo discurso do desenvolvimento sustentável não rompe com a lógica do mercado e de exploração da natureza que culminou na crise atual. Este discurso caminha, portanto, em direção contrária a uma efetiva sustentabilidade, ao manter a concepção do ser humano como indivíduo e da natureza como recurso. Ao tentar trazer a natureza para a sua lógica interna, atribuindo valores e formas de compensação, o processo de produção ignora que, além de recurso propriamente dito, a natureza em si também deve ser vista como um patrimônio cultural.

A incorporação de custos ambientais e introdução de mecanismos de mitigação de impactos podem, no máximo, retardar o processo de degradação ambiental e social, mas jamais alterar o rumo da Terra em direção ao agravamento desta crise que transcende da natureza para a geopolítica, para as relações norte-sul e para a apropriação cultural. Somente uma força centrífuga que leve à descentralização econômica, à autonomia das comunidades e à abertura do conhecimento aos saberes ambientais poderá fazer frente a este processo, já que a ordem tecnoeconômica hegemônica vigente, que se aprofundou nas últimas décadas, é diretamente responsável pela insustentabilidade da vida. Para se contrapor a esta ordem vigente, torna-se fundamental atingir uma racionalidade ambiental, baseada nos princípios de sustentabilidade, autonomia, equidade e democracia, de diversidade, diferença e alteridade (LEFF, E. p. 58).

Para não se restringir aos aspectos teóricos, no capítulo 5, Leff exemplifica a sua crítica à capitalização da natureza que resultou na retórica do desenvolvimento sustentável. Para ele, medidas como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) baseiam-se em “certezas científicas enganosas como a capacidade de absorção” (LEFF, E. p. 117), mantendo os países do sul atrelados a uma lógica de exploração e com papéis previamente atribuídos, sem abrir espaço para se pensar em outras formas de desenvolvimento e ouvir comunidades tradicionais e Povos da Terra com seus diferentes saberes, efetivamente integrados com a natureza.

Além de exemplos citados pelo autor, como também os acordos que estabeleceram indicadores e metas e o papel decisivo das agências multilaterais de financiamento, pode-se citar outros que também ilustrariam ainda mais esse cenário, como os processos de licenciamento, baseados na introdução como Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Esses mecanismos, que foram inseridos de modo padronizado no mundo inteiro entre meados dos anos 1980 e início dos anos 1990, no fundo, serviriam para incorporar instrumentos que permitissem que os chamados grandes projetos de desenvolvimento continuassem a ser implantados em

atendimento a uma demanda de mercado, mas com um verniz que lhes concedesse uma aparência de ambientalmente correto.

A crítica à tentativa de mascarar as contradições inerentes pelos instrumentos de desenvolvimento sustentável desemboca adiante na crítica à modernização reflexiva de Giddens ou ecológica de Mol e Spargaren. Para esses teóricos as incorporações das questões ambientais dentro das instituições teriam um aspecto positivo, fruto de um aprofundamento teórico por parte de acadêmicos em relação à questão ambiental, e de maior profissionalização deste tema nos organismos internacionais e na sociedade civil, servindo para colocá-la no centro do debate sobre desenvolvimento (Mol, 1997). Nesse sentido, instrumentos de licenciamento ambiental, assim como os MDLs ou o papel das agências multilaterais de financiamento ao exigirem contrapartidas ambientais seriam, para estes teóricos, sinal de conexão entre ambiente e desenvolvimento. Leff se contrapõe a essa visão em “Ecologia Política”. Para ele, a internalização das externalidades ambientais, ou seja, a tentativa de incorporar a questão ambiental ao modo de produção capitalista jamais seria capaz de efetivamente reverter a crise ambiental porque está fundamentada na mesma ordem vigente. É o capital se apropriando da natureza, vista somente como um recurso mensurável e compensável.

Avançando pelos capítulos 7, 8, 9 e 10, Leff faz uma reconstrução teórica a partir do ecomarxismo, retroalimentando com conceitos e articulando novos caminhos. A crise ambiental trouxe à tona o que seria a segunda contradição do capital, não explicitada por Marx em “O Capital”, que se manifesta como um limite à expansão do capital a partir da exploração dos recursos naturais. Além do fato de que na época em que foi escrito “O Capital”, o desenvolvimento das forças produtivas não transbordava a “capacidade de suporte” dos ecossistemas, ressalta-se que a “oferta natural de recursos carecia de valor e de preço pois não incorporava o trabalho, única fonte de substância de valor” (LEFF, 2021. p. 287).

O conceito de capacidade de suporte citado em relação à segunda contradição do capital supera a visão de simplista de pressão do crescimento populacional sobre recursos naturais.

Nesse ponto, recorro à obra de Daniel Hogan que, tal como Leff, se dedicou também a este tema. Para Hogan, meu orientador e um dos principais responsáveis por despertar meu interesse pela complexidade das relações entre população e meio ambiente, capacidade de suporte não pode ser vista de forma reducionista. Torna-se fundamental incorporar outras variáveis, como a distribuição dos recursos e os níveis de consumo. Em consonância com o pensamento de Enrique Leff no que tange ao conceito de capacidade de suporte de ecossistemas regionais, Hogan propõe que bacias hidrográficas sejam melhores unidades de análises do que outras divisões administrativas definidas nas esferas política-administrativas. Uma tentativa de inserir a natureza como constituinte do poder político, em contraposição à visão de que ela seria apenas mais elemento a internalizado pela ordem econômica imposta de fora (HOGAN, D. 1993).

Ao longo do livro, Leff incorpora uma série de conceitos como ecologia política, racionalidade ambiental, identidades étnicas e *diálogo de saberes* e vai entrelaçando-os em uma teia instigante de conexões. Os camponeses, trabalhadores rurais e Povos da Terra, símbolos de resistência e *reexistência*, passam a adquirir um papel importante como espaço privilegiado para a implantar estratégias com vistas à explorar um potencial neguentrópico da vida.

Nesse sentido, nos capítulos 11, 12 e 13, Leff reitera o papel relevante de atores como os povos originários e as comunidades camponesas, cujo saberes são fundamentais para encontrar os verdadeiros caminhos para a superação das crises ambientais e a constituição de não apenas um mundo baseado na racionalidade ambiental, mas sim de vários mundos possíveis. A resistência e a *reexistência* dos povos indígenas e das comunidades tradicionais e o conflito que emerge deste processo passam a ser elemento-chave na desconstrução de um processo de desenvolvimento globalizado e homogeneizante, ainda que se autodenomine sustentável.

Leff recorre, com muita precisão, a exemplos concretos de lutas e conquistas destes povos citando a luta dos seringueiros no Acre para a criação de reservas extrativistas e o Processo de Comunidade Negras da Colômbia (PCN) para reforçar o papel dos

Povos da Terra e comunidades tradicionais. Difícil não associar as conexões estabelecidas pelo autor com posicionamento de importantes lideranças indígenas como Ailton Krenak e Sônia Guajajara. Em “Ideias para adiar o fim do mundo”, Ailton Krenak levanta questões que vão ao encontro daquelas abordadas por Leff, como o desconforto promovido pelo desenvolvimento científico e tecnológico que tem impulsionado o mundo para a sua queda. “A conclusão ou compreensão de que estamos vivendo uma era que pode ser identificada como Antropoceno deveria soar como um alarme nas nossas cabeças” (KRENAK, A. 2020. p. 46).

Sônia Guajajara, outra liderança indígena da América Latina, em discurso que abre a canção “Blabláblá”, reitera a importância da conexão entre a luta pelo território e a ligação com a natureza dos Povos da Terra: “A gente não pode, nunca, dissociar a luta indígena territorial da mãe natureza porque, pra nós, a gente é um só. (GUAJAJARA, S. 2020)³.

Evidencia-se, com essas breves passagens, que Leff não é apenas um grande pensador teórico da racionalidade ambiental e todas suas vertentes. Trata-se de um autor totalmente antenado com as lutas e conflitos atuais que interligam natureza, territorialidade, saberes, diversidade cultural e os Povos da Terra. As palavras de Ailton Krenak e Sônia Guajajara, importantes lideranças indígenas atuais, corroboram uma das teses fundamentais desenvolvidas por Leff. O alarme que Krenak faz soar converge com aquele apontado por Leff quando indica que um dos atores fundamentais para a ecologia política seria justamente os povos indígenas e seu patrimônio biocultural. A efetiva desconstrução da racionalidade insustentável da modernidade está, segundo Leff, diretamente interligada ao processo de legitimação de outros saberes, da diversidade e da alteridade.

³ Fala de Sônia Guajajara na abertura de “Blabláblá”, canção composta por Criolo em parceria com Elza Soares e DJ MAM, lançada para celebrar o Dia Internacional dos Direitos Humanos, no dia 10 de dezembro de 2020 na 3ª edição do Festival Demarcação Já.

Em tempos de crise ambiental, Leff nos lembra que é a vida que nos interessa defender. Séculos de imposição da razão e do domínio da modernidade sobre as condições de vida nos levaram à crise ambiental atual sem precedentes na história. Mas também pode ter sido responsável pela gestação de saberes e de seus diálogos que serão as molas propulsoras para a “emancipação da vida da jaula de aço da razão” (LEFF, E. p. 471).

Reside no *diálogo de saberes*, entendido não simplesmente como troca de pontos de vistas diferentes, mas como a porta de entrada para a transcendência da história do mundo, a esperança em superar o regime ontológico da tecnocracia para se chegar a outros mundos possíveis, baseados na racionalidade ambiental. Diálogo este que pressupõe o encontro de diferentes, de outros modos de pensar e de se relacionar com a natureza, e que abre caminho para imaginários sociais da sustentabilidade efetiva, aquela decorrente da história dos Povos da Terra, que não dissocia territorialidade da natureza.

Por fim, mais do que a diminuir as fronteiras existentes entre o mundo sistêmico, globalizado, e o mundo da vida, Leff vislumbra, neste último, a efetiva superação do modo de desenvolvimento do capital para que se atinja, através de *diálogos de saberes*, uma efetiva sustentabilidade. Retomando o diálogo com os teóricos da modernização reflexiva, Leff conclui (com a ressalva de que este termo pode parecer simplista demais para uma obra deste calibre) que “o diálogo de saberes faz transcender a história da vida além da cerca redundante da modernização reflexiva” (LEFF, E, 2021. p. 488).

Em tempos de tantos retrocessos e de incertezas em relação ao futuro, reflexões como essas acabam tendo uma importância ainda maior. Só nos resta ler, reler e aprofundar as diversas questões levantadas por Enrique Leff. E agradecê-lo por este brilhante livro.

Referências

HOGAN, D. J. Crescimento Populacional e desenvolvimento sustentável. **Lua Nova**, n.º 31, dez 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451993000300004>. Acesso em: 31 jul. 2021.

KRENAK, A. **Ideias para adiar do fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras. 2020. P.

LEFF, E. **Ecologia Política**: da desconstrução do capital à territorialização da vida. Tradução: Jorge Calvimonte. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

MOL, A. P. J. Ecological Modernization: industrial transformations and environmental reform". In: **The International Handbook of Environmental Sociology**. Redcliff, M and Woodgate (editors). Cheltenham, UK: Northampton. MA, USA. 1997.